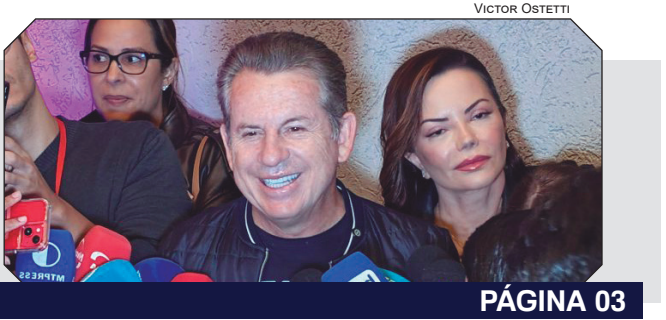


ENTREVISTA DA SEMANA

MAURO MENDES- PRÉ-CANDIDATO AO SENADO |

MAURO MENDES MIRA O SENADO E DISPARA: “NINGUÉM, ABSOLUTAMENTE NINGUÉM, PODE ESTAR ACIMA DA LEI”



ARTIGO

Comunicar também é uma prática de responsabilidade ESG

MAIS NA PÁGINA 2



INFLUÊNCIA SOCIAL |

Com apoio de grandes políticos Elson Ramos fortalece articulação política e não descarta candidatura

A opção seria deputado estadual. Em contrapartida, o empresário revela que está negociando dois shows internacionais em Cuiabá.

O empresário mato-grossense Elson Ramos, conhecido por sua atuação no setor de entretenimento e pela realização de grandes eventos em Mato Grosso, revelou que está negociando a contratação de dois artistas internacionais para apresentações no Estado. Segundo ele, as conversas seguem em andamento e uma definição deve ocorrer a partir do segundo semestre. Sem revelar nomes, Elson explicou que os contratos envolvendo atrações internacionais exigem sigilo durante as tratativas. Apesar disso, adiantou que um dos projetos está relacionado ao gênero pop, o que deve movimentar o calendário de eventos



nos próximos meses. Além da agenda cultural, o empresário também comentou as especulações sobre uma possível entrada na política. O nome de Elson tem sido citado nos bastidores como pré-candidato a deputado estadual, impulsionado por sua influência em diferentes segmentos da sociedade e pelo trabalho social desenvolvido nos últimos anos. Ao abordar o tema, confirmou que participa de conversas dentro de um grupo político, mas afirmou que ainda não há definição sobre qual caminho seguirá. Segundo o empresário, as discussões continuam em andamento e uma decisão deverá ser anunciada futuramente. Pág. 5

INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO |

Pivetta encaminha projeto de R\$ 1,5 bi para manter obras e construir 60 mil casas em Mato Grosso

Proposta prevê financiamento para garantir obras nos municípios e liberar recursos do Fethab.



UNIDOS PELO PARTIDO |

Júlio Campos diz que União Brasil mantém apoio a Mauro Mendes e defende cautela sobre investigação envolvendo Banco Master



Deputado afirma que inquérito deve ser aguardado sem pré-julgamentos.

O deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) afirmou que acompanha com tranquilidade a atuação dos órgãos de fiscalização.

PÁGINA 04

“ISSO É CRIMINOSO”

Max Russi pede investigação após denúncia de deputados que cobrariam até 50% de emendas

Após declaração de Antônio Galvan sobre suposto “retorno” de emendas, Max Russi diz que, se houver irregularidades, os responsáveis devem responder na Justiça e “ir para a cadeia”.

Russi afirmou que acusações dessa natureza são graves e precisam ser acompanhadas de provas e da identificação dos envolvidos para que possam resultar em investigações e eventual responsabilização. Pág. 6



ARTIGO

Comunicar também é uma prática de responsabilidade ESG

Durante muito tempo, as empresas acreditavam que precisavam criar diferenciais para conquistar espaço no mercado. A experiência que vivemos na Cartê entre 2025 e 2026 mostrou exatamente o contrário: os diferenciais já existem, o verdadeiro desafio é fazer com que eles sejam reconhecidos.

Há um ano publicamos nosso Manual de Boas Práticas e Compromissos ESG. Mais do que um documento institucional, ele representou a decisão de tornar públicos todos os princípios que já orientavam nossa forma de trabalhar, de nos relacionar com clientes, fornecedores e colaboradores.

Antes mesmo da formalização, práticas como respeito às pessoas, ética nas relações, transparência, combate ao assédio, uso responsável da inteligência artificial e atenção ao bem-estar da equipe já faziam parte da nossa rotina. Elas existiam. Apenas não estavam organizadas e comunicadas de maneira

ra clara.

Essa talvez seja uma realidade comum em muitas empresas. Bons processos, valores sólidos e diferenciais importantes permanecem invisíveis simplesmente porque ninguém os comunica de forma estruturada. Ao transformar esses compromissos em um documento público, percebemos que o manual passou a cumprir diferentes papéis.

Internamente, o documento se tornou uma referência para orientar comportamentos e apoiar decisões. Externamente, passou a demonstrar, de forma objetiva, quais princípios sustentam nossa atuação, ou seja, nosso manual de boas práticas deu visibilidade à cultura que já existia. E isso faz a diferença.

Ao longo desse primeiro ano, percebemos que a formalização dos compromissos também abriu oportunidades permanentes de comunicação. Sempre que falamos sobre nossas práticas, reforçamos



mos aquilo que acreditamos e mostramos como esses valores estão presentes no cotidiano da empresa.

Em um ambiente de negócios cada vez mais atento à transparência e à

responsabilidade, comunicar valores deixou de ser um exercício de marketing. Tornou-se uma forma de fortalecer relações de confiança. Essa confiança não nasce apenas dos discursos, ela é construída

pela coerência entre aquilo que a empresa diz e aquilo que efetivamente pratica. Quando existe consistência, a comunicação apenas revela o que já acontece todos os dias.

Talvez esse tenha sido o maior aprendizado desse primeiro ano: não basta fazer o certo. É preciso tornar esse compromisso visível para quem escolhe caminhar ao nosso lado. Nesse sentido, a comunicação do que estamos fazendo não segue o caminho da “autopromoção”, pelo contrário, a proposta é prestar contas, compartilhar responsabilidades e permitir que nossos stakeholders conheçam os princípios que orientam cada decisão.

Ao olharmos para esse primeiro ano, entendemos que o Manual de Boas Práticas e Compromissos ESG continua sendo menos um ponto de chegada e mais um compromisso permanente de manter nossos valores vivos, praticados e, principalmente, transparentes.

Esse movimento acompanha uma transformação mais ampla no ambiente

empresarial. Segundo levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2023), cerca de 70% das micro e pequenas empresas brasileiras já desenvolvem alguma prática ESG, sinalizando que responsabilidade, transparência e boa governança deixaram de ser temas exclusivos das grandes organizações e passaram a integrar a estratégia de negócios de empresas de todos os portes.

Na Cartê, essa experiência reforçou uma convicção que seguirá orientando nossa atuação. A coerência entre aquilo que a empresa acredita, pratica e comunica fortalece a cultura organizacional, gera confiança e consolida relações mais sólidas. Afinal, reputação não nasce do discurso, mas da consistência entre palavras e atitudes!

DAYANE NASCIMENTO, CONSULTORA MARKETING COM FORMAÇÃO NA UFMT, ESPECIALISTA EM ECONOMIA COMPORTAMENTO PELA ESPM/SP E EMPRESÁRIA.

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde, na educação, na

infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes

ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

EXPEDIENTE

Popular

DIRETOR

MAYKON MILAS

PAUTA

REDACAO.COPOPULAR@GMAIL.COM
ADM.COPOPULAR1@GMAIL.COM

DEPTO. COMERCIAL

(65) 3052-8030 OU 3052-8031

CIRCULAÇÃO

CUIABÁ, VÁRZEA GRANDE E BAIXADA

26 ANOS

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E/OU ARTICULADORES SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES. NÃO REPRESENTAM ASSIM A OPINIÃO DO JORNAL

CUIABÁ - MT - CEP: 78.048-467 | RUA 1, N° 105, EDIFÍCIO ELDORADO HILL OFFICE, SALA 24 - ALVORADA

UM MILHÃO DE ACESSOS/MÊS

Popular

WWW.COPOPULAR.COM.BR

MAURO MENDES- PRÉ-CANDIDATO AO SENADO

LUCAS LEITE

Mauro Mendes mira o Senado e dispara: “Ninguém, absolutamente ninguém, pode estar acima da lei”



Após deixar o comando do Governo de Mato Grosso no fim de março para se preparar para a disputa por uma vaga no Senado Federal, o ex-governador Mauro Mendes (União Brasil) iniciou oficialmente sua pré-campanha eleitoral ao lado da esposa, Virgínia Mendes.

Em entrevista ao COpopular, Mendes falou sobre os próximos passos da corrida eleitoral, destacou ações realizadas durante sua gestão à frente do Estado e afirmou que pretende levar ao Congresso Nacional a experiência acumulada na administração pública.

O ex-governador também comentou a pré-candidatura de Virgínia Mendes à Câmara Federal, avaliou o cenário de disputa dentro do grupo político e afirmou que a definição dos candidatos dependerá das convenções partidárias.

Durante a conversa, Mauro Mendes ainda abordou temas nacionais, como o funcionamento do Judiciário brasileiro e o papel do Supremo Tribunal Federal (STF), defendendo mudanças na legislação e afirmando que nenhuma autoridade deve estar acima da lei.

Na entrevista, o pré-candidato também falou sobre a movimentação política de Jayme Campos, que disputa espaço dentro do mesmo grupo para concorrer ao Senado, e reforçou que a escolha dos nomes será feita pelos partidos durante o período das convenções.

COpopular- Com a oficialização da pré-candidatura, qual será a estratégia adotada a partir de agora? Como está o planejamento da equipe e quais serão os próximos passos até o início da campanha eleitoral?

Mauro Mendes- Deixamos o governo no dia 30 de março para que pudéssemos disputar essa vaga ao Senado da República. Nesses últimos 60 dias, voltei às minhas atividades, fiz algumas agendas políticas e aproveitei o período para descansar e refletir.

Hoje, eu e a Virgínia iniciamos oficialmente essa pré-campanha. Vamos conduzir esse processo dentro dos limites da legislação eleitoral, respeitando as regras e ouvindo a população sobre a importância do Senado Federal e da Câmara dos Deputados na representação de Mato Grosso.

Tenho a mesma convicção que tinha em 2018, quando percorri o Estado defendendo que, com fé em Deus, coragem e trabalho, era possível transformar a realidade de Mato Grosso.

Foi assim que, a tu a m o s nesses sete anos e três meses em que tive a honra de ajudar a governar o Estado. Recebemos um Mato Grosso em uma situação financeira difícil e conseguimos entregar um Estado entre os melhores do país, com classificação AAA, a mais alta nota do Tesouro Nacional.

Nesse período, foram realizados grandes investimentos, obras importantes foram concluídas e ações foram desenvolvidas em diversas áreas. Todos os municípios receberam investimentos e tivemos avanços que impactaram a vida dos mato-grossenses.

Entre os principais resultados estão a BR-163, o Hospital Central, o Parque Novo Mato Grosso, mais de 7 mil quilômetros de asfalto, hospitais regionais e a aquisição da Santa Casa.

Mas minha decisão de disputar uma vaga no Senado não

se baseia apenas no que fizemos no Executivo. Também está relacionada ao desejo de continuar contribuindo em outro espaço, levando ao Congresso Nacional a experiência adquirida na gestão pública.

Defendo que o Brasil precisa aprimorar suas leis, principalmente nas áreas de segurança pública e administração pública. Sem regras claras e eficientes, o funcionamento do país fica prejudicado.

Precisamos de uma revisão profunda na legislação do serviço público para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população.

É com esse propósito que vou conduzir essa pré-campanha, sempre respeitando os limites estabelecidos pela legislação eleitoral. Após a homologação na convenção partidária, estaremos oficialmente na disputa por essa vaga.

COpopular- A pré-candidatura da sua esposa a deputada federal pode provocar algum

tipo de divisão de apoio ou mudança na articulação política com a bancada federal de Mato Grosso? Como o senhor avalia esse cenário?

Mauro Mendes- Não. A Virgínia tem a própria trajetória e conquistou o seu espaço. Ela é uma mulher que foi muito além do papel de primeira-dama. Construiu sua identidade e liderou um dos maiores programas sociais existentes atualmente no país, o programa Ser Família.

Ela tem uma conexão muito forte com a população, especialmente com as mulheres, mas também com pessoas de todas as classes sociais. Muitos passaram a admirá-la pela sua força, sensibilidade e capacidade de liderança.

São oito vagas em disputa e tenho certeza de que todos os candidatos que entrarem nessa corrida terão a oportunidade de apresentar suas propostas. Aqueles que conseguirem conquistar a confiança da população poderão ser eleitos para a Câmara Federal.

COpopular- Governador, a defesa de um maior enfrentamento ao Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido uma bandeira de alguns candidatos de direita. Essa também será uma das pautas da sua pré-campanha ao Senado?

Mauro Mendes- O Brasil precisa, sim, passar por ajustes em diversas áreas, inclusive na forma de funcionamento da Justiça brasileira. É necessário promover mudanças para tornar o sistema mais eficiente.

Nós temos uma das Justiças mais caras do mundo e um volume superior a 90 milhões de processos em tramitação no Judiciário brasileiro. Esse cenário precisa ser revisto.

Não é possível que o Supremo Tribunal Federal fique analisando questões como a permanência ou não de um traficante na prisão. Esse não deveria ser o papel de uma Suprema Corte em uma democracia consolidada. O Supremo deve se concentrar na Constituição Federal e nos grandes

princípios constitucionais, e não em questões dessa natureza.

Essa é uma das mudanças que o país precisa enfrentar. E ninguém, absolutamente ninguém, pode estar acima da lei.

Qualquer pessoa que cometa uma infração, desde que devidamente comprovada e após o devido processo legal, deve sofrer as consequências previstas na legislação.

Seja ministro do Supremo, governador, presidente ou qualquer outra autoridade, todos devem responder pelos seus atos. O Brasil já demonstrou que ninguém está acima da lei e esse princípio precisa continuar sendo respeitado.

COpopular- A ausência de Jayme Campos no evento chamou atenção. O senhor avalia que a participação dele seria importante para fortalecer o projeto político do grupo?

Mauro Mendes- Olha, o Jayme está construindo a candidatura dele. Eu já falei sobre isso diversas vezes: qualquer membro do partido pode pleitear

a vaga de senador, deputado federal, deputado estadual, governador ou qualquer outro cargo.

As convenções partidárias serão realizadas dentro do período estabelecido, entre os dias 20 de julho e 5 de agosto. Cabe a mim, como presidente do União Brasil, definir a data da nossa convenção; cabe ao Progressistas definir a sua; e, posteriormente, vamos realizar a reunião da União Progressista para tomar as decisões sobre quem serão os candidatos a governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

O Jayme está fazendo o trabalho dele, construindo a candidatura dele, e qualquer pessoa tem esse direito. Não há nada de anormal em ele continuar seguindo esse caminho, assim como eu vou seguir o meu e outros integrantes do grupo seguirão os seus.

A decisão final será tomada pela convenção. São 50 convenções que vão definir os rumos do União Brasil. Essa decisão não cabe ao Mauro Mendes e nem AB ou C.



DE UM
MILHÃO
DE ACESSOS

www.copopular.com.br

CENTRO OESTE
Popular 26
ANOS

UNIDOS PELO PARTIDO

ANA CAROLINA GUERRA

Júlio Campos diz que União Brasil mantém apoio a Mauro Mendes e defende cautela sobre investigação envolvendo Banco Master

Deputado afirma que inquérito deve ser aguardado sem pré-julgamentos



O deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) afirmou que acompanha com tranquilidade a atuação dos órgãos de fiscalização e defendeu que gestores públicos que aplicam corretamente os

recursos não têm motivos para temer investigações. A declaração foi dada ao comentar o trabalho realizado pelos órgãos de controle e a recente abertura de investigação envolvendo o Banco Master.

Segundo o parlamentar, a fiscalização rigorosa dos recursos públicos é uma atribuição legítima dos órgãos de controle e deve ser vista com naturalidade por aqueles que atuam dentro da legalida-

de.

“Quem tem consciência limpa, que está aplicando o dinheiro público corretamente, não tem o que temer da fiscalização. Vejo isso com tranquilidade”, afirmou.

Campos também comentou sua ausência no evento de lançamento das pré-candidaturas do ex-governador Mauro Mendes ao Senado Federal e da ex-primeira-dama Virginia Mendes à Câmara dos Deputados. O deputado explicou que não recebeu convite oficial e que já possuía compromissos previamente agendados.

Apesar de não participar do encontro, o parlamentar reforçou o apoio às candidaturas apresentadas pelo União Brasil e destacou a expectativa da sigla para as eleições de 2026.

De acordo com ele, a meta do partido é eleger

o senador Jayme Campos ao Governo do Estado, Mauro Mendes ao Senado, além de ampliar as bancadas federal e estadual.

Questionado sobre a abertura de investigação relacionada ao Banco Master e possíveis reflexos na pré-candidatura de Mauro Mendes, defendeu cautela e afirmou que o momento exige serenidade.

“Todo inquérito tem que ser aguardado. Não se pode fazer pré-julgamento. Vamos esperar os fatos e o andamento das investigações”, declarou.

O parlamentar ressaltou ainda que as apurações não envolvem apenas Mato Grosso, mas também outras unidades da federação, motivo pelo qual considera precipitado qualquer tipo de conclusão antecipada.

Ao ser questionado sobre um eventual pla-

no alternativo do partido caso surjam desdobramentos políticos, afirmou que ainda é cedo para discutir cenários e reforçou a confiança na condução do processo.

O deputado também comentou a recente conversa entre Mauro Mendes e o senador Jayme Campos, classificando o encontro como natural e democrático. Segundo ele, os dois líderes mantêm diálogo constante e compartilham o objetivo de fortalecer o projeto político do União Brasil para o próximo pleito.

Além disso, destacou ainda a participação do senador nas articulações que contribuíram para a consolidação da Ferrovia Estadual Vicente Vuolo, ressaltando o papel desempenhado pelo senador junto ao governo federal em defesa da obra.

EM BUSCA DA RECUPERAÇÃO

ANA CAROLINA GUERRA

CPI da Saúde recorre ao TJ após ausência de convocados e avança na investigação de contratos sem licitação

Comissão presidida por Wilson Santos questiona alcance de salvo-condutos concedidos a empresários investigados

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) decidiu recorrer ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) após três empresários convocados deixarem de comparecer à oitiva realizada na Sala das Comissões Deputada Sarita Baracat. Os prestadores de serviços da área da saúde Luiz Gustavo Castilho Ivoglo, Osmar Gabriel Schemin e Priscila Parreira Duarte de Menezes apresentaram decisões judiciais de salvo-conduto que, segundo suas defesas, os desobrigariam de participar dos depoimentos.

A reunião foi conduzida pelo presidente da comissão, deputado estadual Wilson Santos (PSD), com a participação dos deputados Chico Guarneri (PSDB), Eduardo Botelho (União Brasil) e do relator da CPI, Beto Dois a Um (Podemos), de forma remota.

Durante os trabalhos, foi analisado um dos salvo-condutos concedidos pelo desembargador Marcos Machado. A decisão assegura aos convocados o direito ao silêncio em respostas que possam resultar em autoincriminação, além do acompanhamento por advogado e acesso aos autos da investigação. O entendimento jurídico, porém, gerou divergências quanto à obrigatoriedade do compare-



cimento presencial à CPI.

O procurador da Assembleia Legislativa, Francisco de Brito, explicou que a decisão está alinhada ao entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), segundo o qual ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo. No entanto, destacou que a dúvida sobre a obrigação de comparecimento ainda precisa ser esclarecida pelo Judiciário.

A interpretação preocupou os integrantes da comissão. O deputado Eduardo Botelho alertou para os reflexos que um eventual entendimento favorável à ausência de convocados pode gerar sobre futuras comissões

parlamentares de inquérito.

Wilson Santos acompanhou o posicionamento e determinou que a Procuradoria da Assembleia apresente embargos de declaração para esclarecer o alcance da decisão judicial. Segundo ele, o direito ao silêncio é garantido constitucionalmente, mas isso não elimina a obrigação de comparecimento.

“O direito ao silêncio é constitucional, mas o comparecimento à CPI, no meu entendimento, continua sendo obrigatório. Convocado é obrigado a comparecer. Ele não tem obrigação de produzir provas contra si, mas deve comparecer em respeito ao Parlamento Es-

tadual, trazer seus documentos e apresentar sua defesa”, afirmou o parlamentar.

O presidente da comissão lamentou a ausência dos empresários e ressaltou que a CPI tem adotado uma condução técnica dos trabalhos, garantindo espaço para o contraditório e a apresentação de documentos por parte dos investigados.

A comissão apura contratos e pagamentos realizados pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) entre os anos de 2019 e 2025, período que inclui a pandemia da Covid-19. Conforme os parlamentares, os valores investigados ultrapassam R\$ 1,1 bilhão em pagamentos indenizatórios

efetuados sem licitação e sem contratos formais.

Paralelamente à discussão sobre os convocados ausentes, a CPI ouviu o procurador do Estado Felipe Tomaz Borges, que atuou na Secretaria de Saúde entre 2017 e 2021. Em seu depoimento, ele explicou que era responsável pela emissão de pareceres jurídicos relacionados às contratações emergenciais realizadas durante a pandemia.

Segundo o procurador, a Procuradoria-Geral do Estado alertava sobre os riscos das sucessivas prorrogações de contratos emergenciais e orientava a abertura de novos processos licitatórios. Ainda assim, a Secretaria de Saúde justificava as renovações sob o argumento de escassez de empresas aptas para fornecer serviços e equipamentos naquele período de crise sanitária.

Em nota, a Secretaria de Estado de Saúde afirmou que as contratações emergenciais ocorreram em um contexto excepcional, marcado pelo aumento da demanda por leitos, insumos e atendimentos médicos. A pasta destacou que as decisões foram tomadas de forma colegiada por meio do Gabinete de Situação da Covid-19, composto também por órgãos de controle e instituições fiscalizadoras.

A CPI da Saúde foi instalada para aprofun-

dar as investigações relacionadas à Operação Espelho, que apurou suspeitas de irregularidades em contratos para fornecimento de serviços médicos na rede estadual, especialmente em unidades de profissionais não habilitados, inconsistências em registros de plantões e possíveis fraudes documentais.

De acordo com Wilson Santos, a comissão já realizou mais de dez reuniões e entrou agora na fase de oitivas de empresários citados nas investigações. O parlamentar afirma que o objetivo é esclarecer a destinação dos recursos públicos, identificar eventuais responsabilidades e propor mecanismos para fortalecer os controles internos e externos da administração pública.

A próxima reunião da CPI está prevista para ouvir representantes do Hospital Regional de Colíder e da empresa Curat Medicina Especializada. A comissão também aguarda o depoimento de delegados responsáveis pelas investigações da Operação Espelho e não descarta recorrer às instâncias superiores do Judiciário para garantir o andamento das convocações e a continuidade dos trabalhos.

INFLUÊNCIA SOCIAL

ANA CAROLINA GUERRA

Com apoio de grandes políticos Elson Ramos fortalece articulação política e não descarta candidatura a deputado estadual

Em contrapartida, o empresário revela que está negociando dois shows internacionais em Cuiabá

O empresário mato-grossense Elson Ramos, conhecido por sua atuação no setor de entretenimento e pela realização de grandes eventos em Mato Grosso, revelou que está negociando a contratação de dois artistas internacionais para apresentações no Estado. Segundo ele, as conversas seguem em andamento e uma definição deve ocorrer a partir do segundo semestre.

Sem revelar nomes, Elson explicou que os contratos envolvendo atrações internacionais exigem sigilo durante as tratativas. Apesar disso, adiantou que um dos projetos está relacionado ao gênero pop, o que deve movimentar o calendário de eventos nos próximos meses.

Além da agenda cultural, o empresário também comentou as especulações sobre uma possível entrada na política. O nome de Elson tem sido citado nos bastidores como pré-candidato a deputado estadual, impulsionado por sua influência em diferentes segmentos da sociedade e pelo trabalho social desenvolvido nos últimos anos.

Ao abordar o tema,



confirmou que participa de conversas dentro de um grupo político, mas afirmou que ainda não há definição sobre qual caminho seguirá. Segundo o empresário, as discussões continuam em andamento e uma decisão deverá ser anunciada futuramente.

“Hoje faço parte de um grupo e estamos na fase de conversas. Com certeza, nos pró-

ximos dias, teremos uma resposta.”

Questionado sobre quais pautas defenderia caso ingressasse na vida pública, Elson destacou a área social. Ele afirmou ter origem humilde e disse que pretende representar principalmente as demandas da população de baixa renda.

“Sou social, vivo o social e venho de uma classe muito baixa.

Essa é uma pauta que vou defender com muita força”, declarou.

Em meio a um cenário político frequentemente marcado por críticas à distância entre representantes públicos e a população, a atuação social de Elson Ramos tem chamado a atenção de moradores e lideranças comunitárias. Ao longo dos últimos meses, iniciativas lide-

radas pelo empresário alcançaram comunidades em situação de vulnerabilidade, com ações voltadas à assistência social, arrecadação de donativos, apoio a famílias em dificuldades e mobilização de recursos para atender demandas emergenciais.

A presença constante nas comunidades é apontada por apoiadores como um

dos diferenciais de sua atuação. Lideranças locais relatam que o trabalho desenvolvido por Elson não se restringe a períodos eleitorais, sendo marcado pelo contato direto com moradores e pelo acompanhamento de demandas sociais.

Especialistas em gestão pública observam que iniciativas voltadas à responsabilidade social e à aproximação com a população podem contribuir para fortalecer a confiança da sociedade em lideranças públicas e comunitárias. No entanto, destacam que o grande desafio para qualquer agente político está em transformar ações pontuais em políticas públicas permanentes e estruturadas.

Enquanto avalia seu futuro político, Elson segue à frente de projetos ligados ao setor de eventos e mantém negociações para ampliar a agenda de shows em Mato Grosso. Paralelamente, sua atuação social continua sendo acompanhada por apoiadores, lideranças comunitárias e observadores do cenário político estadual, que veem no empresário um nome em ascensão para a disputa eleitoral de 2026.

DE UM
MILHÃO
DE ACESSOS

www.copopular.com.br

CENTRO OESTE
Popular
ANOS 26

“ISSO É CRIMINOSO”

LUCAS LEITE

Max Russi pede investigação após denúncia de deputados que cobrariam até 50% de emendas

Após declaração de Antônio Galvan sobre suposto “retorno” de emendas, Max Russi diz que, se houver irregularidades, os responsáveis devem responder na Justiça e “ir para a cadeia”



O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Max Russi, defendeu que o Ministério Público investigue as declarações do pré-candidato ao Senado Antônio Galvan sobre um suposto esquema de cobrança de “retorno” de recursos provenientes de emendas parlamentares. Russi afirmou que acusações dessa natureza são graves e precisam ser acompanhadas de provas e da identificação dos envolvidos para que possam resultar em investigações e eventual responsabilização.

A manifestação do parlamentar ocorreu após ser questionado sobre uma entrevista concedida por Galvan a uma emissora de rádio. Na ocasião, o pré-candidato afirmou ter recebido relatos de prefeitos de que deputados estaduais estariam exigindo entre 30% e 50% do valor das emendas destinadas aos municípios. Apesar da gravidade da declaração, Galvan não apontou quais seriam os parlamentares nem quais prefeitos teriam feito as denúncias.

Para Max Russi, a principal providência agora é transformar a denúncia genérica em um caso concreto.

“O Ministério Público

tem que atuar e a imprensa também. Tem que dar nome às coisas. Quais são esses prefeitos? Quem são os deputados? Essas pessoas precisam ser identificadas para que haja investigação”, afirmou.

O presidente da Assembleia ressaltou que nunca recebeu qualquer denúncia semelhante por parte de prefeitos e disse que, em sua experiência como parlamentar, jamais foi procurado por gestores municipais relatando esse tipo de prática.

“Eu, particularmente, nunca vi um prefeito falar isso para mim. Nenhum prefeito nunca fez esse tipo de relato. Nunca tive nenhuma conversa nesse sentido”, declarou.

Embora tenha defendido rigor na apuração, Russi demonstrou ceticismo quanto ao percentual citado por Galvan. Segundo ele, uma suposta cobrança de metade dos recursos destinados por emendas seria incompatível com a execução das obras públicas financiadas com esses recursos.

“Você pensar em 50% de retorno... eu, particularmente, não acredito nisso. Vou ser bem sincero. Se existir, tem que ir para a cadeia, porque isso é criminoso.”

O deputado argumentou que as obras executadas com recursos públicos passam por diversos mecanismos de fiscalização, como o Tribunal de Contas, as câmaras municipais e órgãos de controle interno, o que, em sua avaliação, dificultaria um esquema com valores tão elevados.

“Como você faz uma casa, um posto de saúde ou qualquer obra com 30% ou 50% a menos do recurso? Ainda existe o lucro da empresa contratada, os custos da execução. Não entra na minha cabeça que isso seja possível”, afirmou.

Apesar disso, Russi evitou descartar completamente a possibilidade de irregularidades.

“Eu não posso dizer que não existe. Também não posso falar pelos mais de cinco mil prefeitos e pelos milhares de parlamentares do Brasil. Se existir qualquer percentual de devolução de dinheiro, seja 1%, 2% ou qualquer outro valor, isso precisa ser investigado e punido.”

Segundo ele, o problema das declarações sem identificação dos envolvidos é que acabam lançando suspeitas sobre todos os parlamentares.

“Quando não se cita nomes, parece que a

acusação vale para todo mundo. Isso não é correto. Tem que dizer quem fez, qual prefeito denunciou e qual deputado teria cometido a irregularidade.”

Russi afirmou ainda que, na condição de presidente da Assembleia Legislativa, poderá provocar formalmente o Ministério Público caso os deputados entendam que a Casa deva solicitar uma investigação.

“Se os deputados quiserem, até como presidente da Assembleia eu posso provocar o Ministério Público nesse sentido. Não podemos aceitar esse tipo de situação sem apuração.”

Ele também defendeu a atuação conjunta das instituições responsáveis pela fiscalização.

“Se der nomes aos envolvidos, o Ministério Público vai atrás, a Justiça atua, a Polícia Civil trabalha e essas pessoas precisam responder, caso tenham cometido algum crime.”

Além da repercussão das declarações de Galvan, Max Russi falou sobre a pauta de votações da Assembleia Legislativa. Segundo ele, a prioridade da sessão é concluir a análise dos vetos do Poder Executivo, etapa considerada necessária para

destravar a tramitação de outros projetos.

“Nós temos alguns projetos do governo e também projetos dos parlamentares para serem votados. Mas existem vetos que acabam trancando a pauta. Precisamos concluir essa votação para avançar.”

O presidente disse estar confiante de que os deputados conseguirão finalizar a apreciação dos vetos ainda na sessão.

“Vou fazer todo o possível para que a gente conclua essa sessão de vetos. Essa é a prioridade.”

Questionado sobre o pagamento das emendas parlamentares, Russi afirmou que, diferentemente de outros momentos, não recebeu recentemente reclamações de deputados sobre atrasos ou dificuldades na liberação dos recursos.

“Particularmente, não recebi mais nenhuma reclamação de deputado em relação às emendas. Acho que está avançando bem e que o governo está cumprindo.”

Ele informou ainda que o secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho, estaria na Assembleia para apresentar novos projetos de interesse do Executivo.

Durante a entrevista,

Russi também comentou um projeto do governo estadual voltado à ampliação da política habitacional. Segundo ele, a proposta deverá tramitar em regime de prioridade devido ao calendário eleitoral, que estabelece prazo para votação de determinadas matérias.

O deputado destacou que a boa situação fiscal de Mato Grosso permite ao Estado buscar financiamentos em condições mais favoráveis para ampliar investimentos.

“Você só consegue financiamento quando demonstra capacidade de pagamento. Mato Grosso tem classificação elevada, consegue juros menores e isso permite investir mais.”

Na avaliação do presidente da Assembleia, os recursos deverão fortalecer principalmente a política habitacional, considerada uma das principais demandas da população.

“A habitação é uma das áreas em que mais recebemos cobranças. O governo está muito focado nisso e tem lançado empreendimentos em diversas regiões do Estado.”

Russi lembrou que a meta da atual gestão é alcançar 60 mil unidades habitacionais e disse acreditar que esse número poderá ser superado diante do ritmo de investimentos.

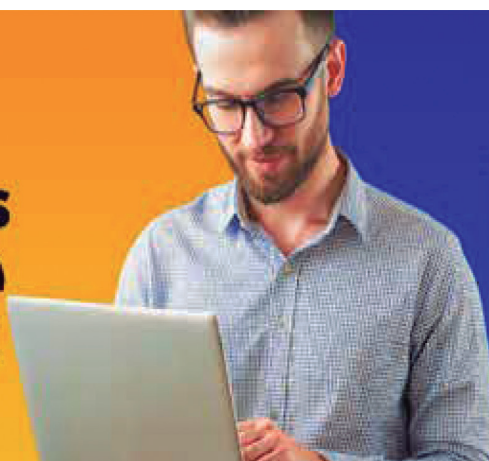
“Acho que teremos condição de superar essa meta, porque o planejamento do governo está muito focado nessa política pública.”

Ele afirmou ainda que a proposta deverá contar com amplo apoio dos parlamentares.

“Conheço os 24 deputados desta Casa e tenho quase certeza de que esse projeto será aprovado. É uma matéria importante para Mato Grosso e extremamente sensível do ponto de vista social.”

Max Russi destacou que, somadas às aproximadamente 40 mil moradias já viabilizadas durante a gestão do governador Mauro Mendes, o Estado poderá alcançar a marca de cerca de 100 mil casas entregues ao longo de 12 anos de administrações consecutivas, consolidando a habitação como uma das principais políticas públicas desenvolvidas pelo governo estadual.

UM MILHÃO/MÊS DE ACESSOS



CENTRO OESTE
Popular 26
ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

LUCAS LEITE

Pivetta encaminha projeto de R\$ 1,5 bi para manter obras e construir 60 mil casas em MT

Proposta prevê financiamento para garantir obras nos municípios e liberar recursos do Fethab

O governador em exercício de Mato Grosso, Otaviano Pivetta (Republicanos), encaminhou à Assembleia Legislativa (ALMT) um projeto de lei que autoriza o Estado a contratar um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão junto à Caixa Econômica Federal. Segundo ele, os recursos serão utilizados para manter os investimentos em infraestrutura nos municípios e assegurar a continuidade do programa habitacional que prevê a construção de 60 mil moradias populares no Estado.

Durante visita ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Max Russi (PSB), Pivetta explicou que a operação financeira foi planejada para substituir os recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que deixarão de financiar parte das obras de infraestrutura ao final deste ano.

A estratégia do governo é utilizar o financiamento para custear obras de infraestrutura e investimentos em atenção básica nos municípios, enquanto os recursos do Fethab passarão a ser destinados integralmente ao programa habitacional.

“Estou trazendo uma mensagem, um projeto de lei que autoriza o Estado, se a Assembleia aprovar, a captar R\$ 1,5 bilhão da Caixa Econômica Federal. Esse empréstimo vai substituir recursos do Fethab, permitindo que o Estado mantenha os investimentos em infraestrutura e

destine os recursos do fundo para construir as 60 mil casas que anunciamos para Mato Grosso”, afirmou.

Segundo o governador, o projeto representa uma alternativa para ampliar os investimentos sem comprometer o orçamento estadual.

“O financiamento garante que o programa de infraestrutura continue acontecendo e, ao mesmo tempo, viabiliza a construção das moradias destinadas às famílias mato-grossenses que ainda não possuem casa própria.”

Pivetta afirmou que o projeto já vinha sendo discutido com a presidência da Assembleia Legislativa e agora seguirá a tramitação normal na Casa.

“Eu vim pessoalmente entregar esse projeto ao presidente Max Russi porque entendemos a importância dessa matéria. Agora caberá à Assembleia conduzir a tramitação.”

Em relação a necessidade de aprovação antes das restrições impostas pelo calendário eleitoral, o governador afirmou que esse assunto ficará sob responsabilidade do Poder Legislativo.

“Essa parte do processo legislativo quem conhece é o presidente da Assembleia. Eu estou um pouco por fora dessas particularidades.”

Apesar disso, parlamentares avaliam que o prazo para aprovação poderá ser apertado em razão das limitações previstas na legislação eleitoral.

Pivetta afirmou que a operação é financeiramente vantajosa e permitirá manter o ritmo de investimentos públicos.

Segundo ele, Mato Grosso continuará executando um amplo programa de infraestrutura, incluindo a pavimentação de aproximadamente mil quilômetros de rodovias por ano, além da construção de cerca de 300 pontes que já estão contratadas ou em fase de contratação.

“O empréstimo serve justamente para que o programa de infraestrutura não pare. Ao mesmo tempo, conseguimos garantir recursos para executar o programa de habitação sem comprometer o orçamento público.”

Pivetta ressaltou ainda que a taxa de juros da operação é compatível com as condições atuais do mercado financeiro e que o Estado possui uma gestão fiscal sólida, o que torna a contratação segura.

“O Estado tem uma boa situação financeira. Hoje temos aproximadamente R\$ 11 bilhões em caixa, embora boa parte desse valor já esteja comprometida com obras e despesas empenhadas. Enquanto esses recursos permanecem aplicados, eles geram rendimento financeiro.”

Segundo o governador, a remuneração obtida com as aplicações financeiras é semelhante ao custo da operação de crédito.

“Se em determinado momento tivermos recursos aplicados, a receita



financeira obtida praticamente equivale aos juros que vamos pagar nesse financiamento. É um bom negócio para a administração pública. Governar também é fazer bons negócios para a sociedade.”

De acordo com Pivetta, o financiamento não será utilizado diretamente na construção das unidades habitacionais, mas permitirá liberar recursos estaduais para subsidiar a entrada dos beneficiários nos financiamentos habitacionais.

Atualmente, segundo ele, o governo oferece subsídios de até R\$ 35 mil por unidade habitacional.

“Nós já estamos fazendo as inscrições e a Caixa Econômica será responsável pelo financiamento das casas. O Estado entra

oferecendo um subsídio de até R\$ 35 mil para facilitar o acesso das famílias à moradia.”

O governador afirmou que a demanda por habitação foi apresentada pelos próprios municípios e que o programa busca atender milhares de famílias que ainda vivem em situação de vulnerabilidade.

“Os municípios têm demonstrado uma necessidade muito grande de moradias. Essa política pública é uma das prioridades do governo.”

Pivetta comentou a informação divulgada pela imprensa nacional de que o governador Mauro Mendes estaria sendo investigado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O governador em exercício afirmou que ainda

não tinha conhecimento da notícia, mas disse confiar na conduta de Mauro Mendes.

“Eu não tinha conhecimento dessa informação. Todos nós estamos sujeitos a investigações, porque a lei está acima de qualquer pessoa.”

Mesmo assim, Pivetta manifestou confiança no governador.

“Eu confio no Mauro Mendes. Posso dizer isso com tranquilidade. Sei que, nesse período, muitas coisas acontecem além da verdade. Vamos aguardar os fatos e deixar que a Justiça faça o seu trabalho.”

Pivetta descartou essa possibilidade da investigação causar prejuízo. “Eu não acredito. Confio nele e acredito que ele não tenha culpa.”

AUMENTO DE 11,93%

LUCAS LEITE

Conta de água mais cara: Águas Cuiabá explica reajuste e promete obras de R\$ 65 milhões

Concessionária justifica aumento na conta de água e revela plano de obras em Cuiabá

O diretor-geral da Águas Cuiabá, Leonardo Menna Barreto, afirmou que a concessionária está avaliando a possibilidade de ampliar investimentos na capital como alternativa a ajustes contratuais em discussão após decisão do Tribunal Arbitral.

A declaração foi dada durante entrevista, na qual ele explicou que parte das medidas em análise envolve obras e intervenções que não estavam inicialmente previstas no contrato de concessão.

Segundo o diretor, entre as propostas em avaliação está a reestruturação do sistema de esgoto na região da Lagoa Encantada. A ideia, de acordo com ele, seria desativar o lançamento de efluentes no local e direcionar o esgoto para outra estação de tratamento, situada a cerca de 15 quilômetros.

A mudança, caso implementada, permitiria posteriormente a urbanização da área pela pre-

feitura em um prazo estimado de dois a três anos. O investimento, segundo ele, pode chegar a cerca de R\$ 50 milhões.

Outro ponto citado envolve o programa de ligações intradomiciliares para famílias em situação de vulnerabilidade, com estimativa de aporte entre R\$ 10 milhões e R\$ 15 milhões. Somados, os projetos representam aproximadamente R\$ 65 milhões em possíveis investimentos adicionais.

“Estamos dispostos a avaliar internamente alternativas de investimento que possam substituir outras obrigações, desde que haja segurança regulatória”, afirmou.

O diretor também comentou o reajuste na tarifa de água e esgoto, que, segundo ele, decorre de uma decisão recente do Tribunal Arbitral relacionada a um processo iniciado em 2022.

De acordo com Menna Barreto, a aplicação do índice de 11,93% está prevista em decisão arbi-



tral e segue cláusulas do contrato de concessão firmado em 2012, que define o tribunal como instância para resolução de conflitos.

Ele afirmou ainda que o reajuste inclui dois fatores: a correção inflacionária prevista em contrato e a decisão referente ao processo arbitral.

Questionado sobre impactos financeiros e

alegações de prejuízos acumulados ao longo do contrato, o diretor afirmou que os valores ainda estão sendo avaliados.

Segundo ele, a discussão envolve variações tarifárias ao longo dos anos e o chamado “dinheiro no tempo”, o que exigiria cálculos atualizados para mensurar o impacto total.

“Esse é um processo

em análise. Não há um número fechado neste momento”, disse.

O diretor informou que Cuiabá possui cerca de 90% de cobertura de esgoto, mas aproximadamente 40% das residências estariam efetivamente conectadas à rede.

Com a conclusão de obras em andamento, a expectativa é ampliar

esse índice para cerca de 60% de conexões, segundo ele.

Ao tratar de críticas sobre a qualidade do serviço, Menna Barreto afirmou que a concessionária mantém ações contínuas de melhoria, incluindo revisão de processos internos e capacitação de equipes.

Ele também mencionou a criação de um sistema específico de monitoramento de obras de pavimentação e reforçou que melhorias na drenagem urbana impactam diretamente a qualidade das vias.

O diretor destacou que o reajuste tarifário decorre de decisão recente e que a concessionária ainda aguarda desdobramentos de análises e discussões institucionais.

Segundo ele, a empresa mantém diálogo com órgãos públicos e autoridades envolvidas na regulação do contrato, além de avaliar novas propostas de investimentos para a capital.

EM CORRIDA ELEITORAL

LUCAS LEITE

Virginia Mendes relata ameaça dentro de casa e diz que episódio pesou em sua pré-candidatura

Ex-primeira-dama diz que episódio envolveu invasão de condomínio e já teria suspeitos identificados

A ex-primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes (União Brasil), afirmou que foi alvo de ameaças após uma invasão ao condomínio onde reside. O episódio, segundo ela, ocorreu meses antes do anúncio de sua pré-candidatura à Câmara dos Deputados Federais e teve impacto direto em sua decisão de ingressar na disputa eleitoral.

Virginia detalhou o caso, afirmou que o episódio está sob investigação e disse que ainda não é possível divulgar todos os envolvidos.

Segundo Virginia Mendes, o caso aconteceu em dezembro de 2025, quando uma pessoa teria conseguido acessar o condomínio onde ela mora e deixado uma carta com conteúdo de ameaça dentro da residência da família.

Na ocasião, a ex-primeira-dama não estava em casa. A correspondência foi recebida por uma funcionária da residência, que, segundo ela, registrou boletim de ocorrência imediatamente após o ocorrido. O caso, conforme relatado, segue sob sigilo das autoridades.

“Foi em dezembro, o Mauro ainda era governador. A pessoa invadiu o meu condomínio, entrou dentro da minha casa. A minha funcionária registrou boletim porque foi ela quem atendeu; eu não estava em casa. Está tudo registrado e em sigilo”, afirmou.

Virginia destacou ainda que o episódio gerou preocupação



dentro do ambiente familiar e motivou a adoção de medidas de segurança adicionais. Ela não detalhou o conteúdo da carta, mas reforçou que o caso está sendo apurado.

a ex-primeira-dama afirmou que a família já teria conhecimento sobre possíveis responsáveis pelo episódio, mas disse que os nomes não podem ser divulgados neste momento.

Segundo ela, a investigação teria avançado a partir de imagens de segurança do condomínio e de outros elementos coletados durante a apuração. Virginia também afirmou que o caso envolve pessoas com influência, sem entrar em detalhes.

“Tem pessoas grandes, pessoas importan-

tes envolvidas. A polícia conseguiu pegar as imagens e chegou até essas pessoas”, declarou.

Apesar da fala, ela não apresentou informações adicionais sobre a situação jurídica dos suspeitos ou sobre eventuais desdobramentos formais da investigação.

Virginia Mendes afirmou que o episódio foi um dos fatores que a levaram a refletir sobre sua entrada na política. Segundo ela, o período que antecedeu o anúncio de sua pré-candidatura foi marcado por dúvidas pessoais e busca por orientação espiritual.

De acordo com a ex-primeira-dama, a decisão de disputar um cargo eletivo foi amadurecida ao longo dos últimos meses,

com participação da família e apoio de lideranças religiosas.

“Eu precisava que Deus falasse comigo, que me mostrasse o caminho. Pedi orientação e recebi palavras de pessoas religiosas, tanto da igreja católica quanto de igrejas evangélicas. Isso me ajudou a entender o que eu deveria fazer”, disse.

Ela afirmou ainda que o episódio da ameaça foi determinante para reforçar sua percepção sobre a necessidade de atuar politicamente.

“Eu tive momentos de reflexão muito profundos. Em meio a tudo isso, entendi que precisava continuar e ajudar mais pessoas”, completou.

Ao confirmar sua pré-candidatura, Virginia Mendes afirmou

que pretende atuar em áreas sociais, com foco em políticas públicas voltadas à assistência social, saúde, habitação e proteção de mulheres e crianças.

Ela destacou que pretende dar continuidade a projetos que já desenvolve em Mato Grosso por meio de ações sociais e iniciativas voltadas a famílias em situação de vulnerabilidade.

Entre as prioridades, citou o fortalecimento de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, além de programas de apoio a crianças e ampliação de acesso à saúde.

“Minha história é de superação e de cuidado com as pessoas. Quero continuar esse trabalho em uma esfera maior, ajudando

quem mais precisa”, afirmou.

Virginia também mencionou que o episódio teve impacto emocional e familiar. Segundo ela, o caso gerou preocupação e reforçou a necessidade de proteção em sua rotina.

Ela não entrou em detalhes sobre o andamento das investigações nem sobre eventuais medidas judiciais adotadas, mas afirmou que confia no trabalho das autoridades responsáveis.

A ex-primeira-dama indicou ainda que novas informações podem ser divulgadas futuramente, conforme o avanço das apurações.

“A gente não pode comentar tudo agora, mas isso vai aparecer no momento certo”, disse.

A entrada de Virginia Mendes na disputa eleitoral amplia o cenário político em Mato Grosso, especialmente no campo ligado ao grupo político do qual faz parte. Sua pré-candidatura à Câmara Federal se soma ao projeto de Mauro Mendes ao Senado, reforçando a presença da família no debate eleitoral de 2026.

Nos bastidores, aliados avaliam que seu nome pode ter forte apelo em pautas sociais, especialmente por sua atuação anterior em projetos voltados a famílias em vulnerabilidade e ações assistenciais.

Enquanto isso, o episódio relatado por ela deve seguir sob apuração das autoridades competentes, com informações ainda mantidas em sigilo.

SÃO MAIS DE

30.000 MIL EXEMPLARES

ENTREGUES GRATUITAMENTE

JORNAL
CENTRO OESTE POPULARA INFORMAÇÃO QUE CHEGA
ONDE VOCÊ ESTÁ!CENTRO OESTE
Popular